RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

CURITIBA
Abril/2015

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, prestação de contas anual a que esta Entidade está obrigada, nos termos do art.19 da Lei 15.211/2006.

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
MAURO RICARDO MACHADO COSTA- **Presidente**

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SILVIO MAGALHÃES BARROS

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
CLAUDIA CRISTINA TABORDA LOBO

Representante da Federação das Indústrias do Paraná
HELIO BAMPI

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
GILBERTO PIVA

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

Superintendente Executivo
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de Administração e Finanças
CLAUDIO STABILE

Diretora de Operações
MONICA SOARES VIEIRA

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2015.

Ao
Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2014 foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica, aprovado na 130ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2013.

Em atendimento ao contido na Lei 15.211/2006, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2014.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2014 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa CONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

Atenciosamente,

Carlos Roberto Massa Junior
Ratinho Jr.
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO---------- 03
II COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA ---------- 03
III CARTA DO SUPERINTENDENTE ---------- 04
IV SUMARIO ---------- 05
V APRESENTAÇÃO---------- 06
VI RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ---------- 07

VII RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES ---------- 24

VIII ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS ---------- 46
- Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE ---------- 48
- Demonstrativos Orçamentários FDU ---------- 54
- Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa---------- 59
- Demonstrações Contábeis ---------- 62
- Parecer da Auditoria Externa ---------- 83

IX ANEXO(S)
- Deliberação do Conselho de Administração

V - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório serão demonstradas as de ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2014 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, aos objetivos estabelecidos em seu Estatuto, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

São agrupadas neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações acompanhadas da avaliação de desempenho, obtida a partir do resultado dos indicadores de desempenho até dezembro de 2014 e algumas informações relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa CONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Objetivo:
Elaboração de um Plano de Gerenciamento de Processos e Modelagem Organizacional

Ação:
Levantamento dos processos desenvolvidos pelo PARANACIDADE

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Mapeamento; identificar etapas importantes, eventos e operações que constituem os processos.	Nov/2013, prorroga-do para 2014.	Pesquisa e levantamento junto a empresas.	-	-	-	*Sim
Desenvolvimento de Instrumentos de Controle destes processos – Plano de Monitoramento e Controle.	Dez/2013, prorroga-do para 2014.	-	-	-	-	*Sim
Definição de etapas para a montagem de modelagem organizacional, - levantamento de: estrutura física; atividades; processos, recursos, pessoal, comportamento, objetivos da entidade e restrições.	Dez/2013, prorroga-do para 2014.	-	-	-	-	*Sim

***Obs.:** A ação será abordada após a finalização e conclusão dos custos da Entidade (hora/homem), a critério da Diretoria Executiva.

2. Objetivo:
Adequação do Quadro de Pessoal às necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer a quantidade quali quantitativa de recursos humanos da Entidade a fim de atender a crescente demanda dos clientes.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realização de certame seletivo para suprir as atuais necessidades de pessoal.	Prorrogado para 2014.	Foi readequado o número de vagas de acordo com as necessidades reais da cada setor. Ficando então a realização para o primeiro semestre de 2015.	-	-	Sim	-

3. Objetivo:
Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:
Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de junho/ 2013 a maio/2014.	Conclusão do Acordo.	Não houve acordo coletivo. Aprovado o aumento de 6,28%, seguindo o mesmo percentual realizado pelo Governo do Estado. O percentual de aumento proposto pelo SINDASPP foi de 8%, como não houve acordo há uma ação tramitando na Justiça do Trabalho.	-	-	Sim	-
Fortalecer as relações entre a Gestão do PARANACIDADE e o quadro de empregados efetivos.	Instituição de Comitê de Empregados.	Apreciada a instituição do Comitê, bem como de seu Regimento Interno, em março/2014.	-	Sim	-	-

4. Objetivo:
Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:
Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Aquisição de Sistema Integrado de Gestão (ERP) – contendo soluções e subsistemas de RH (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças, Contabilidade, Controle de Viagens).	Conclusão da implantação /migração e treinamento dos usuários para 2014.	Em fase final de implementação e migração das bases de dados. Em dezembro de 2014 foram iniciadas as correções dos "bugs" relativos a migração de dados do RM DOS, a finalização das correções esta prevista inicio de 2015. Esta prevista a emissão da primeira folha de pagamento pelo sistema em março/ 2015.	-	-	Sim	-

5. Objetivo:
Sistema de Registro de Frequência

Ação:
Implantar Sistema de registro eletrônico de frequência

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Levantamento das opções existentes no mercado. Análise das opções e definição daquela a ser adotada, desde que compatível com o Sistema da Folha de Pagamento.	Normatização e utilização de banco de horas prorrogado para 2014.	O sistema de registro de ponto eletrônico já está concluído e em funcionamento. As normatizações estão sendo atualizadas, redefinidas e serão encaminhadas para análise e aprovação da Diretoria Executiva no primeiro trimestre de 2015.	-	-	Sim	-

6. Objetivo:
Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:
Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Identificar clientela e possibilitar o treinamento demandado – programa de qualificação e treinamento.	[1]Elaboração do Programa e divulgação.	Treinados/qualificados 18 empregados. Treinados/qualificados 02 empregados sem custo.	41.747,73	Sim	-	-

Nota 1: Em decorrência da falta de verba, a Diretoria Executiva suspendeu o Programa de Qualificação e Treinamento a partir de 27/11/2013, não prejudicando os treinamentos em andamento e aqueles necessários ao desenvolvimento das ações do PARANACIDADE.

7. Objetivo:
Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade, bem como implantar projeto de climatização no PARANACIDADE.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos.	Instituição de apólice para 06 imóveis, contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos e apólice para 30 veículos.	Renovada apólice para 06 imóveis e para 30 veículos.	8.300,00 (imóveis) 18.014,38 (veículos)	Sim	-	-
Contratação da empresa para o fornecimento de projeto de climatização na sede do PARANACIDADE e seus Escritórios Regionais.	Realização do projeto em 30 dias.	Contratado em fevereiro/2014.	7.900,00	Sim	-	-
Aquisição de Sistema de ar condicionado.	Licitar e contratar.	Licitado em 2014, ficando a execução e fornecimento dos equipamentos para 2015.	261.100,00		Sim	

8. Objetivo:
Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:
Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Revisões, atualizações e implantações.	Revisão de todas as normas internas/atualização.	Das nove Normas de Gestão, pendentes quatro delas e as adequações do Código de Conduta.	-	-	Sim	-

9. Objetivo:
Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o *Know-how* do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica.	-	Participação do Superintendente no V Congresso Mundial de Comunicação Politica em Cartagena na Colômbia, em março de 2014, para mostrar os avanços e inovações no Paraná e os principais Programas já implantados pela SEDU/PARANACIDADE.	-	Sim	-	-

10. Objetivo:
Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:
Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos. Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	**a)** Levantamento de dados – pesquisa e escolha do critério – software/ programa.	**a)** Implantação do Programa "Documentador" – da CELEPAR. **b)** Constituição de Comissão de Avaliação de Documento (CADOC) através da Portaria nº 026/2014, de acordo com o Decreto 3575/2011.	[1] 2.001,72	Sim	-	-
			-	Sim	-	-
	b) análise, classificação, arquivamento, digitalização e eliminação da documentação, sob a orientação do DEAP.	Analisadas 560 caixas de arquivo morto, dentre estas eliminadas 500.	-	-	Sim	-
	c) Manual para armazenamento de documentos.	Inicio da primeira versão do Manual.	-	-	Sim	-

Nota 1: O valor apresentado refere-se aos pagamentos feitos em 2014.

11. Objetivo:
Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:
Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Reestruturação dos Sistemas de Informações, principalmente o SAM para adequá-lo às novas demandas da Entidade.	**a)** Implantar Sistema de Informação Integrado para Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças Contabilidade e Relatórios Gerenciais).	Concluído a implantação dos sistemas, apenas foi optado por não implantar os módulos de Compras e estoque que serão avaliados futuramente.	69.769,26	Sim	-	-
	b) Implantar as novas versões dos softwares de banco de dados SqlBase e da Linguagem Centura. -Adaptação Técnica das Novas Versões de Software de Banco de Dados e Linguagem de Desenvolvimento. -Mini-Curso de Uso das Novas Versões. -Conversão dos Aplicativos.	Implantação do novo banco concluída e os sistemas convertidos.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	c) Implantar módulos dos aplicativos do sistema corporativo do PARANACIDADE (novo SAM), contemplando controle dos Convênios, construção de uma rotina no SAM para controle de Destaque de Capital e estendendo as funcionalidades do módulo Capacidade de Endividamento e outros que estão em fase de definição. Levantamento de Requisitos e Análise dos Processos das novas funcionalidades; Manutenção da Arquitetura (Modelo de Dados, especificação de Programas). Codificação dos Programas Testes de Sistema Implantação das novas funcionalidades; Contratação de serviços de terceiros.	Os novos módulos foram definidos, estão em fase de desenvolvi-mento e previstos no plano de ação de 2015, o qual prevê a implantação e homologação em ambiente de produção.	[1]332.281,31	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	-	Instituição de Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. Autorizada a constituição em julho de 2014, cuja função é a de analisar, propor e definir sobre a operacionalização das regras de negócio referente ao (SAM). A composição se dará por empregados integrantes das várias áreas do PARANACIDADE.	-	Sim	-	-

Nota 1: O valor apresentado é referente ao contrato com a empresa Esfera Informática, que prevê horas de desenvolvimento. O montante pago no ano de 2014 é referente a tudo que foi desenvolvido, corrigido e suporte técnico referente ao sistema SAM.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Definição da nova plataforma de sistemas do PARANACIDADE e treinamento da Equipe que compõe a CTI para equalizar os conhecimentos técnicos e adquirir conhecimento e domínio de novas ferramentas de desenvolvimento de Sistemas.	**a)** Apresentar cenários atuais e futuros em relação às estratégias do SAM (realização de reuniões).	Foi optado por manter o sistema SAM em linguagem CENTURA. Foram definidos a reforma em 5 módulos do sistema SAM, os quais estão sendo desenvolvidos e serão homologados em 2015, previstos no plano de ação para 2015.	-	Sim	-	-
	b) Definir a nova metodologia de desenvolvimento de sistemas a ser adotada pela CTI. - Estudo dos Métodos, Técnicas e Ferramentas mais utilizados para a função de Desenvolvimento de Sistemas. - Definição do novo modelo a ser adotado para o Ciclo de Desenvolvimento de Sistemas no PARANACIDADE.	Foram definidas novas rotinas de desenvolvimento de sistemas ainda em CENTURA, e adquirido a ferramenta de BPM, a qual irá documentar e orquestrar todo o fluxo de processos do sistema.	-	Sim		-
	c) Avaliar os Softwares de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas definidos no novo modelo do PARANACIDADE. Caso necessite de aquisição: - Elaboração do processo de compra dos novos softwares de apoio ao desenvolvimento de sistemas do PARANACIDADE.	Atualizado a ferramenta de desenvolvimento DELPHI da versão 7 para a versão XE6 e adquirido solução de BPM.	[1] 7.157,34	Sim	-	-

Nota 1: O valor apresentado é referente a atualização do DELPHI, o valor referente a BPM esta previsto abaixo na ação especifica.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	d) Capacitar os Analistas da CTI para que passem a adotar o novo modelo de Desenvolvimento de Sistemas do PARANACIDADE.	A decisão de desenvolvimento manteve-se em CENTURA, o qual os analistas já dominam a ferramenta. Estão previstos os treinamentos na ferramenta de BPM, constantes no plano de ação para 2015.	-	Sim	-	-
Implantação de Sistema para registro e controle de atividades – com acesso via web. Processo de aquisição, implantação e treinamento dos usuários.	Avaliar custo benefício das alternativas existentes no mercado. Aquisição da solução.	Obtida as alternativas existentes no mercado.	-	Sim	-	-
		Solução adquirida e implantada, esta em fase de mapeamento de processos e atividades, prevista no plano de ação para 2015.	2.246.651,83	-	Sim	-

12. Objetivo:
Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:
Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a Entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Construção de sistema interno para alimentação do Portal da Transparência, disponível no site do PARANACIDADE.	**a)** Coleta das informações; e procedimentalização.	Normativa Interna implantada e Manual do Sistema, em revisão.	-	-	Sim	-
	b) Implantação e acompanhamento.	-	-	Sim	-	-

13. Objetivo:
Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:
Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais, que possibilitem realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão firmado com o Estado.	-	a) Termo de Cooperação Técnica celebrado com a COPEL Distribuidora S/A, COPEL Geração Transmissão S/A e COPEL Telecomunicações S/A, para executar troca de: produtos cartográficos digitais urbanos e rurais; informações de interesse público constante na base de dados; e a unificação da base de dados cartográficos (dez/14); b) Convenio Operacional com o BRDE, visando o desenvolvimento de ações conjuntas que visam concretizar o apoio a aquisição, pelos paranaenses e também de outros Estados da região de atuação do BRDE, de máquinas e equipamentos novos, credenciados no BNDES e também, viabilizar a execução do Programa BRDE Mais Paraná, através de financiamentos enquadráveis nas linhas de crédito do BRDE (dez/14);	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	-	c) Termo de Cooperação Técnica, com o Conselho Municipal de MAPUTO, visando a colaboração e transferência de conhecimento técnico do PARANACIDADE, para ações relacionadas à consolidação da metodologia apresentada no manual do Cadastro Técnico Imobiliário Urbano e Econômico disponibilizado pelo PARANACIDADE, no Município de Maputo (out./14).	-	Sim	-	-

14. Objetivo:
Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:
Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014.	**a)** Contratação da empresa de Auditoria. **b)** O Parecer conclusivo da auditoria, esta previsto em contrato para fev./2015.			-	Sim	-

15. Objetivo:
Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer plano de metas, objetivas e respectivos orçamentos.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas.	Elaborar Plano de Ação Estratégica para 2015 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira.	Ambos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17/12/2014, bem como a Revisão Orçamentária e Financeira.	-	Sim	-	-

16. Objetivo:
Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:
Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realizar as reuniões do Conselho de Administração.	Uma reunião ordinária a cada quatro meses e extraordinária, a qualquer tempo.	Quatro reuniões ordinárias e uma extraordinária.	-	Sim	-	-
Realizar reuniões da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Uma reunião mensal e extraordinária, a qualquer tempo.	Doze reuniões ordinárias e sete extraordinárias.	-	Sim	-	-

17. Objetivo:
Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:
Atualizar Lei de Criação, Estatuto Social e o Contrato de Gestão, em razão das alterações identificadas como necessárias para as atividades da empresa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Alterações no Estatuto.	-	Em decorrência da inclusão de suplências de membros natos e efetivos, no Conselho de Administração, foi aprovada a alteração do Regimento Interno e Estatuto em 29/04/2014 e seu respectivo registro em 18/08/2014.	-	Sim	-	-

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

1. Objetivo:
Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:
Programa RECAP (implementação de obras e serviços de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras, elaborando medições e pareceres técnicos dos projetos realizados com recursos do Programa RECAP.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras de pavimentação e/ou recapeamento. 04 projetos.	3 concluidos.	610.828,49	273.351,72	-	*01 em execução	-

* Bom Sucesso

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do Programa RECAP, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2014. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Programa de Auxílio aos Municípios PAM (visa contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades conveniadas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Programa de Auxilio aos Municípios PAM.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 17 projetos.	10 concluidos.	6.471.508,75	3.163.023,44	-	*07 em execução	-

* Constante Rosário do Ivaí/Sertanópolis.

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2014. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios PAM II (instituído pelo Decreto Estadual 7933/2013, o Plano tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades do Paraná com população inferior a 50.000 habitantes e contemplados pelo Programa Família Paranaense).

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do PAM II.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 409 projetos	246 concluidos.	100.175.510,50	71.177.928,34	-	163 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM II, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2014. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Auxilio aos Municípios (SEDU-fonte 20), o Plano tem como objetivo execução de ações de melhorias dos equipamentos urbanos e dos serviços disponibilizados à população, envolvendo aquisição de bens e a execução de obras na sua área de atuação.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Plano de Auxilio aos Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 151 projetos.	107 concluidos.	72.777.052,74	48.411.167,47	-	44 em execução	-

Ação:
Projeto Calçadas PARANA (fonte 21), o Projeto (instituído pelo Decreto Estadual 10.003/2013), tem por finalidade a implantação e soluções de mobilidade urbana (calçadas) em vias urbanas, em especial nos municípios com menos de 50.000 habitantes.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Projeto Calçadas Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 28 projetos.	06 concluidos.	8.034.415,48	3.346.301,12	-	22 em execução	-

Ação:
Assessoria Técnica na elaboração de convênios e contratos, relativos a projetos a serem desenvolvidos pelos Municípios e/ou outros executores.

Plano Operacional: Contratos de empréstimos a serem formalizados pela Fomento Paraná (agente financeiro) com os Municípios.

A) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - [2]SFM

A.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN.	168.397.000,00	Sim	-	-

A.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	107 contratos	205.206.026,63	Sim	-	

B) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – [3]PROMAP II.

B.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN	21.743.000,00	Sim	-	-

B.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	34 contratos	40.939.450,00	Sim	-	-

C) Programa [4]Pró-Transporte (FGTS)

C.1) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	3 contrato	21.200.000,00	Sim	-	-

Nota 1: A aprovação pela STN do PVL (Pedido de Verificação de Limites) permite a contratação da operação durante o prazo de validade da mesma. A contratação pode ser feita em dois momentos distintos: logo após a aprovação da operação de crédito; ou após autorização de licitação da ação financiada. A escolha do momento é feita de acordo com o comprometimento no cumprimento de prazos e na apresentação de projetos e documentos pelo Município.

Nota 2: SFM – são recursos do FDU que foram capitalizados na FOMENTO PARANA ao longo do tempo. Os recursos hoje se dividem em destaque de capital e amortizações, neste último caso, o retorno dos financiamentos já realizados aos municípios.

Nota 3: PROMAP II – Recursos da FOMENTO PARANA definidos e fixados em Termo de Cooperação, destinados à aquisição de equipamentos rodoviários.

Nota 4: Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade urbana – PRO – TRANSPORTE, regulamentado pela Instrução Normativa nº 41 de 24/10/2012, do Ministério das Cidades, foi implementado de forma a propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos e urbanos e da eficiência dos prestadores de serviço, sendo voltado ao financiamento do setor público e privado, a implantação de sistemas de infraestrutura de transporte coletivo urbano e a mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda.

2. Objetivo:
Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:
Operacionalização de sistemas junto a Agência de Fomento do Paraná S/A.

Plano Operacional 1: Inserir o Sistema Plano de Contas, junto ao SAM para gerenciamento do SFM (Sistema de Financiamento de Ações Municipais):
Fases: Elaboração; Informatização e Geração de Relatórios.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Conclusão e implantação em dez./2012.	Em paralelo foi desenvolvido e está em fase de aprovação o Módulo de Destaque de Capital.	-	-	[1]Sim	-

Nota 1: Ficou postergado para 2015 a discussão para Informatização e geração de relatórios.

Plano Operacional 2: Revisão do Regulamento Operacional Geral do SFM.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Pendente a Resolução da SEDU.	-	-	-	Sim	-

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Unidades de Atenção Primária – Saúde da Família, antigo Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional: Desenvolvimento do [1]Programa, relativo aos Convênios nº 001/2007, 003/2010 e 005/2010, que estabelecem cooperação entre a SEDU, o PARANACIDADE e a SESA, com a interveniência dos municípios paranaenses indicados pela SESA e que a eles aderiram, para construção de unidades de saúde.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
- Convenio 3/2010 – construção de Unidades de Saúde. 06 projetos.	03 concluidos.	2.980.348,53	736.323,76	-	03 em execução.	-
- Convenio 5/2010 – construção de Unidades de Saúde. 11 projetos.	-06 concluidos	5.473.383,37	1.259.861,01	-	05 em execução.	-

Nota 1: Esse programa visa dar continuidade às ações decorrentes da implantação do Pacto Estadual pela Vida.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos que apresentaram medição no ano de 2014, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Bombeiro Comunitário, em parceria com a Casa Militar da Governadoria, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP e a Polícia Militar do Paraná - PMPR/Corpo de Bombeiros – CCB.

Previsto	Realizado	[2]Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[3,4]Construção de Prédio do Posto de Bombeiro Comunitário. 01 projeto.	01 concluído.	228.662,88	141.928,95	Sim		-

Nota 1: O programa prevê o financiamento da construção de prédio do Posto de Bombeiro Comunitário em municípios do Estado, visando regularizar serviços de combate a incêndios e ações da Defesa Civil.

Nota 2: Dos recursos para construção das obras, 20% são a fundo perdido, provenientes da renda líquida do FDU, e 80% a título de empréstimo, provenientes do FDU.

Nota 3: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos com pelo menos uma medição no ano de 2014, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Nota 4: Convênio com o Município de Querência do Norte, encontra-se expirado, impossibilitando o repasse de recursos para a conclusão da obra, estando em fase de estudo para solução do fato.

Ação:
Desenvolvimento do Programa Centros da Juventude.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [4]Programa Centros da Juventude em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[1,2]Construçao de centros da juventude. 06 projetos.	Concluídas fisicamente 01 obra.	7.799.454,66	30.738,25	-	Sim	-

Nota 1: Os recursos para execução do objeto deste convênio são oriundos do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA/PR.

Nota 2: No quadro foram quantificados os projetos concluídos ou ainda em execução com recursos do Programa.

Nota 3: 01 encontra-se sob demanda judicial.

Nota 4: O Programa original previa a construção de 31 unidades, 29 destas foram operacionalizadas pelo PARANACIDADE ao longo da vigência do Convênio (o referente a 2014, encontra-se no quadro acima), 02 unidades ainda não foram iniciadas (Guarapuava e Londrina), cabendo a SEDS a decisão sobre a continuidade ou não da ação.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Plano Operacional: Desenvolvimento do [1]Programa Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, relativo ao Convênio nº 023/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de prédio de Centro de Referência de Assistência Social. [2]05 projetos.	05 concluídos.	1.298.379,89	392.390,339	Sim		-

Nota 1: Os recursos para a construção das unidades são provenientes: - 100% não reembolsáveis do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no caso de municípios localizados no Centro Expandido;
- 70% dos recursos não reembolsáveis do FEAS e os 30% restantes, provenientes do Programa Paraná Urbano e Agência de Fomento do Paraná, tomados pelos municípios na forma de operação de crédito, no caso de municípios não localizados no Centro Expandido.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos com pelo menos uma medição no ano de 2014, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Escolas Municipais.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Escolas Municipais relativo ao Convênio nº 007/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de Escolas Municipais. [2]04 projetos.	Concluídos 02.	19.746.818,17	275.309,23	-	04 em execução.	-

Nota 1: Dos recursos necessários para a execução do objeto do presente convênio, R$ 50.000.000,00 serão oriundos de dotação orçamentária da SEED, não reembolsáveis, dotação orçamentária 4103.12361012.151 – elemento de despesa 4450.5101 – Construção de Edifícios Públicos, fonte 116-SEQ e 145-FUNDEB, e contrapartida dos Municípios em valor estimado em 30% do valor total da obra, a ser obtido por meio de financiamento ou outras fontes de recursos.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2014, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:

Desenvolvimento do Programa para Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP II.

Plano Operacional 1: Realizar o recebimento dos equipamentos, elaborando medições dos projetos realizados com recursos do PROMAP II, que conta com recursos próprios da Fomento Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Aquisição de equipamentos. 83 projetos.	Concluído 83.	36.027.543,10	36.027.543,10	Sim	-	-

Nota 1: As quantidades apresentadas referem-se a projetos com medição no ano de 2014 e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.

Plano Operacional 1: Implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e também do meio ambiente. Utiliza recursos do FGTS- Fomento Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obra 01 projeto.	-	3.110.578,07	1.345.480,51		01 em execução	-

Nota 1: As quantidades apresentadas referem-se a projetos com medição no ano de 2014 e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto.

Ação:
Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo

Plano Operacional 1: Desenvolvimento, implementação e implantação do Sistema.

Previsto	Realizado	Valor pago em 2014 (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Desenvolvimento, implantação e implementação do Sistema.	Sistema 95% desenvolvido.	-	-	Sim	

3. Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional

Ação:
Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional 1: Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Manutenção de dados de matriz referente à existência de Planos Diretores Municipais e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná.	Manutenção permanente (ano de 2014: 354 municípios com todas as leis aprovadas, 25 municípios com parte das leis aprovadas, 15 municípios com PDMs em elaboração e 5 municípios com PDMs em licitação).	-	-	-	Sim	-
Acompanhamento de execução, análise e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores Municipais executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.	Atendidos 24 Municípios que elaboram Planos Diretores Municipais, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios (4 municípios concluíram seus PDMs, no ano de 2014 e 20 Municípios continuam a elaborá-los).	-	-	-	Sim	-
Verificação dos vértices dos polígonos dos perímetros urbanos dos municípios e manutenção de arquivos dos mesmos.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de mapas temáticos com delimitação de áreas de estudo, regiões e microrregiões urbanas e identificação de hierarquia funcional de vias urbanas de 36 municípios com maiores populações urbanas do Estado.	86% realizado (elaborados 31 municípios, faltam 5 municípios)	-		-	Sim	-
Acompanhamento pós relatoria de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT.	57% realizado (4 Planos aprovados no COLIT, faltando a aprovação de 3 Planos)	-	-	-	Sim	-
Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação.	Manutenção permanente: lista de conversação viabilizada a partir da Campanha.	-	-	-	Sim	-
Elaboração de Manual sobre Sistema Viário Urbano, em compatibilidade com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.	-	-	-	Sim	-	-
Revisão de Termo de Referência para elaboração de Plano Diretor Municipal (com recursos do Tesouro Estadual).	Atendidos 4 Municípios.	-	-	-	Sim	-
Elaboração de Termo de Referência para revisão de Plano Diretor Municipal, no máximo a cada 10 anos, conforme prevê o Estatuto da Cidade.	-	-	-	Sim	-	-

Elaboração de (i) orientações metodológicas operacionais e (ii) orientações metodológicas técnicas para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-
Elaboração de Critérios de Elegibilidade do Município para Acessar Recursos de Financiamento (SFM) para Revisão de Plano Diretor Municipal (PDM).	-	-	-	Sim	-	-
Proposição e conteúdo programático para Curso de Capacitação em Gestão Tributária para Servidores e Agentes Públicos Municipais.	-	-	-	Sim	-	-
Concepção de critérios técnicos, observando instrumentos legais, para a definição de diretrizes para Uso e Ocupação do Solo Urbano, como subsídios para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-
Assinatura de Protocolo de Intenções com o Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo para implementação de Política de Mobilidade Urbana junto aos municípios do estado que necessitam elaborar Planos de Mobilidade Urbana (48% dos municípios do estado).	-	-	-	Sim	-	-

Elaboração de Termo de Referência para execução, pelos municípios, de Plano de Mobilidade Urbana, observando caderno de orientação do Ministério das Cidades.	-	-	-	Sim	-	-

Ação: Desenvolver ações e Planos que contribuam para a melhoria e fortalecimento da gestão municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de um Plano de Monitoramento de Projetos Urbanos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Definição de critérios de supervisão de projetos urbanos.[1]	-	-	-	Sim	-	-
Definição de Amostra de Projetos a serem monitorados.[1]	-	-	-	Sim	-	-
Realização do monitoramento.[1]	-	-	-	Sim	-	-
Relatório de Avaliação das etapas.	-	-	-	-	Sim	-

Nota 1: Utilizado os mesmos critérios definidos para o Programa Paraná Urbano III – PPU III.

Plano Operacional 2: Elaboração de um Plano de Fortalecimento Institucional de Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de Manual de Diagnóstico Institucional	Elaboração de estudos.	-	-	Sim	-	-
Definição de amostras de Municípios	-	-	-	Sim	-	-
Aplicação do Manual Diagnóstico Institucional	-	-	-	-	[1]Sim	-
Relatório de Avaliação dos Municípios participantes.	-	-	-	-	[1]Sim	-
Definição de projetos institucionais a serem implementados pelos Municípios.	-	-	-	-	[1]Sim	-

Nota 1: Não iniciadas, aguardando a assinatura do contrato do Programa Paraná Urbano III – PPU III.

4. Objetivo:
Apoio, Análise e Assistência Jurídica aos Municípios.

Ação:
Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional 1: Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Analisar e emitir pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM/FDU/ Renda Líquida/ Programa RECAP.	Emitidos 350 pareceres em aditivos. Emitidos 779 pareceres em licitações (RECAPE).	-	-	Sim	-	-

5. Objetivo:
Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:
Elaboração de Editais de Licitação.

Plano Operacional 1: Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaborar editais de licitação, conforme modelos na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal e demais Programas, para fornecimento aos municípios.	Elaborados 780 editais.	-	-	Sim	-	-

6. Objetivo:
Apoio na elaboração e execução de projetos em municípios.

Ação:
Desenvolvimento de atividades e projetos voltados ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de Termo de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços especializados para elaboração de projetos específicos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Projeto: - *Parques Urbanos Municipais:* Projeto Padrão de Equipamentos e projeto de implantação de parques dentro do Programa de Parques Urbanos Municipais. - Projeto Executivo Padrão: .Barracão Industrial .Pavimentação	-	-	-	-		[1]Sim

[1]**Plano Operacional 2**: Análise e recebimento dos projetos contratados e processamento da documentação relativa ao pagamento.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	-	-	-	-	-	Sim

Nota 1: A execução da ação foi suprimida.

7. Objetivo:
Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:
Realizar as análises, medições, acompanhamento, recebimento e monitoramento de atividades (obras e bens) voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2014 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Barracão Industrial II (03)	03	4.041.353,68	2.502.791,74	Sim	-	-
Câmara Municipal (01)	01	353.878,48	298.962,17	Sim	-	-
Capela Mortuária (02)	02	398.965,27	350.547,36	Sim	-	-
Ciclovia (03)	01	773.750,38	251.768,72	-	02	-
Clube da Gente (03)	02	8.307.404,46	3.305.136,25	-	01	-
Equipamentos para Teatro Municipal (01)	01	596.000,00	596.000,00	Sim	-	-
Equipamentos Rodoviários (59)	59	22.441.749,95	22.441.749,95	Sim	-	-
Escola Municipal (02)	-	3.734.151,58	874.952,41	-	02	-
Estrada Vicinal Municipal (02)	02	2.821.297,95	2.543.917,78	Sim	-	-
Ginásio de Esportes (08)	01	20.388.414,05	3.815.988,43	-	07	-
Hospital (02)	01	1.884.957,82	1.666.093,34	-	01	-
Paço Municipal (05)	01	6.906.864,40	2.237.129,40	-	04	-
Pavimentação de Vias Urbanas (165)	72	220.879.707,94	133.676.774,43	-	93	-
Praça (07)	04	2.659.661,32	1.075.548,07	-	03	-
Quadra de Esportes (04)	03	777.885,05	448.356,47	-	01	-
Pavimentação de Vias Urbanas (165)	72	220.879.707,94	133.676.774,43	-	93	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Praça (07)	04	2.659.661,32	1.075.548,07	-	03	-
Quadra de Esportes (04)	03	777.885,05	448.356,47	-	01	-
Terminal Rodoviário Urbano (01)	-	14.546.109,64	71.874,86	-	01	-
Terminal Rodoviário Intermunicipal (03)	-	2.835.544,62	624.947,59	-	01	
Terreno para Área Industrial (02)	02	820.000,00	820.000,00	Sim	-	-
Terreno para Conjunto Habitacional (02)	02	600.000,00	600.000,00	Sim	-	-
Urbanização/Calçadas (15)	06	18.079.384,72	7.132.318,49	-	09	-
Veículo para Saúde (04)	04	1.028.890,00	1.028.890,00	Sim	-	-
Complexo Esportivo (02)	-	10.824.703,85	0,00	-	02	-
Creche (02)	-	3.637.428,04	1.292.634,72	-	02	-
Equipamento para Centro Cultural (02)	-	98.300,00	0,00	-	02	-
Equipamento para Posto de Saúde (70)	70	3.189.562,49	3.189.562,49	Sim	-	-
Terreno para Escola (01)	01	120.000,00	120.000,00	Sim	-	-
Total: 378	238	352.755.965,69	190.965.944,67	140 em execução		

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos financiados com recursos do SFM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2014. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Efetuar análise e aprovação de projetos, e respectivas alterações, a serem realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Análise e aprovação de projetos.	Projetos em fase de análise (status: cadastrados e em análise) Total: 21 05 do PPU 01 PRÓTRANSPORTE-FGTS-Fomento Pr 04 BRDE mais PARANÁ 05 AUXILIO AOS MUNICIPIOS-SEDU 06 do PAM	-	-	Sim	-
	Projetos aprovados (status: analisados e lote montado) Total: 554 122 do PPU 40 PROMAP II 01 PRÓTRANSPORTE-FGTS-BRDE 01 PRÓTRANSPORTE-FGTS-Fomento Pr 01 PAM 199 PAM II 175 AUXÍLIO MUNICÍPIOS – SEDU 13 PROJ. CALÇADAS PR 02 CENTROS DA JUVENTUDE	-	Sim	-	-

8. Objetivo:
Apoio na elaboração do Programa Paraná Urbano III.

Ação:
Preparação de documentos que comporão o PPU III.

Plano Operacional 1: Preparação da documentação técnica visando a [1]contratação da operação de crédito externo junto ao BID.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Documentos iniciais restantes: a) Proposta de Desenvolvimento de Operação b) Contratação	Proposta de Desenvolvimento de Operação aprovada em dezembro/2014.	-	- [2]Sim	[1]Sim	-

Nota 1: A contratação do PPU III foi postergada pelo BID para o ano de 2015.

Nota 2: A contratação depende de: aprovação da capacidade de endividamento do estado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e aprovação do Programa pelo Senado.

VIII – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

NOTA: Os valores apresentados nas ações operacionais referem-se aos medidos, ou seja, serviços que foram executados de acordo com o contratado, no entanto, podem divergir dos valores efetivamente pagos, pois estes para se concretizarem são dependentes do cumprimento de outros critérios, como por exemplo certidões negativas.

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2014

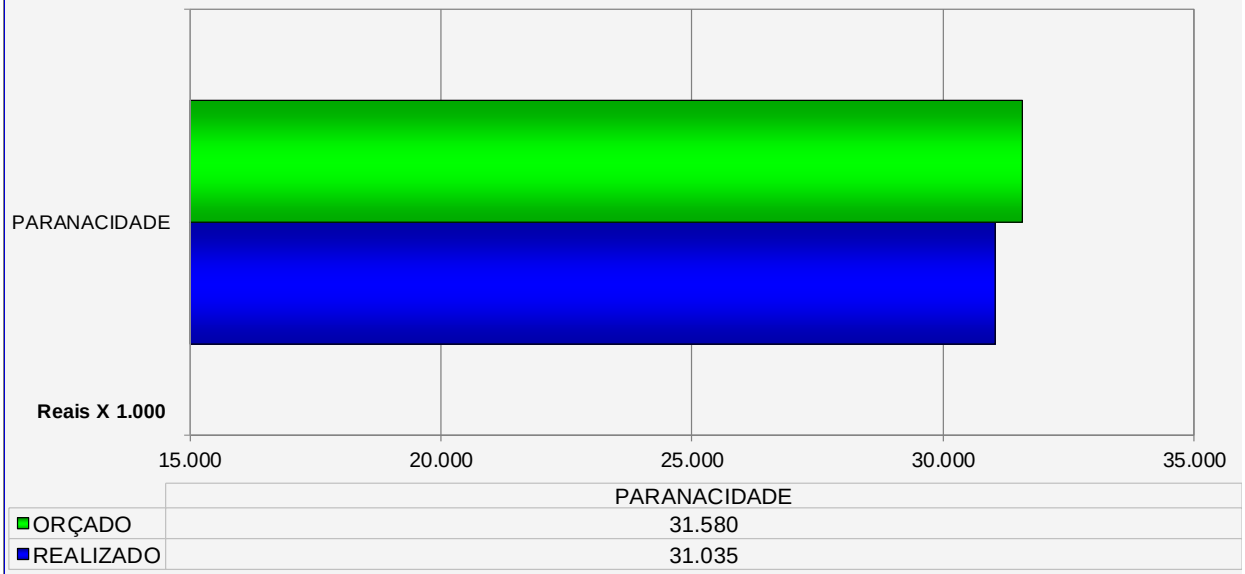
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	25.000.000	24.522.156	477.844	98,09
	Custeio	3.780.000	4.035.459	-255.459	106,76
	Investimentos	2.800.000	2.477.626	322.374	88,49
TOTAL - PARANACIDADE		(*) **31.580.000**	**31.035.241**	**544.759**	**98,27**

(*) Aprovado na 134ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	31.580
REALIZADO	31.035

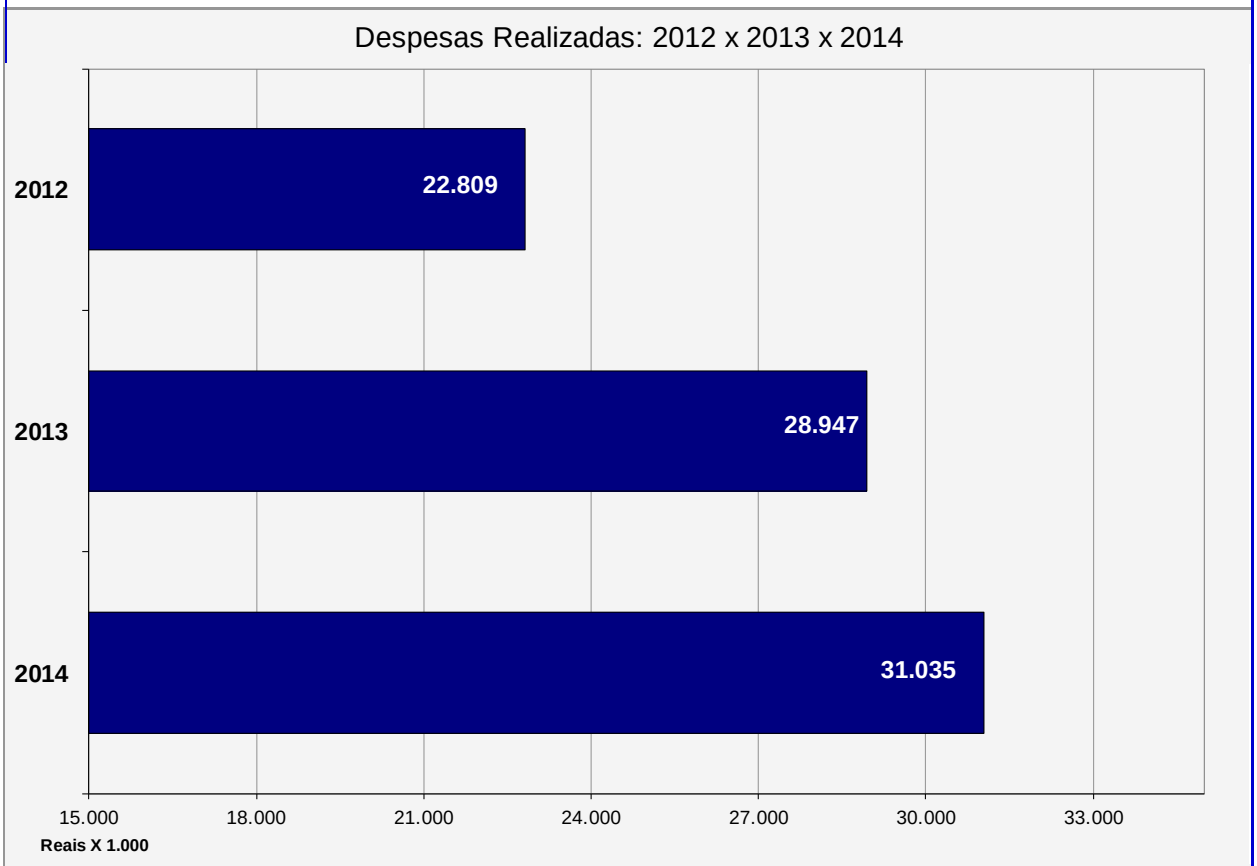
Percentual realizado **98,27%**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS 2012 - 2013 - 2014

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
PARANACIDADE		2012	2013	2014	2013 X 2012	2014 X 2013
MANUTENÇÃO	Pessoal	20.382.089	23.896.810	24.522.156	17,24	2,62
	Custeio	2.426.459	3.030.323	4.035.459	24,89	33,17
	Investimento	-	2.020.022	2.477.626	-	22,65
TOTAL - PARANACIDADE		**22.808.548**	**28.947.155**	**31.035.241**	**26,91**	**7,21**



Evolução nos Despesas: 2013 x 2012 = 26,91 %
2014 x 2013 = 7,21%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2014

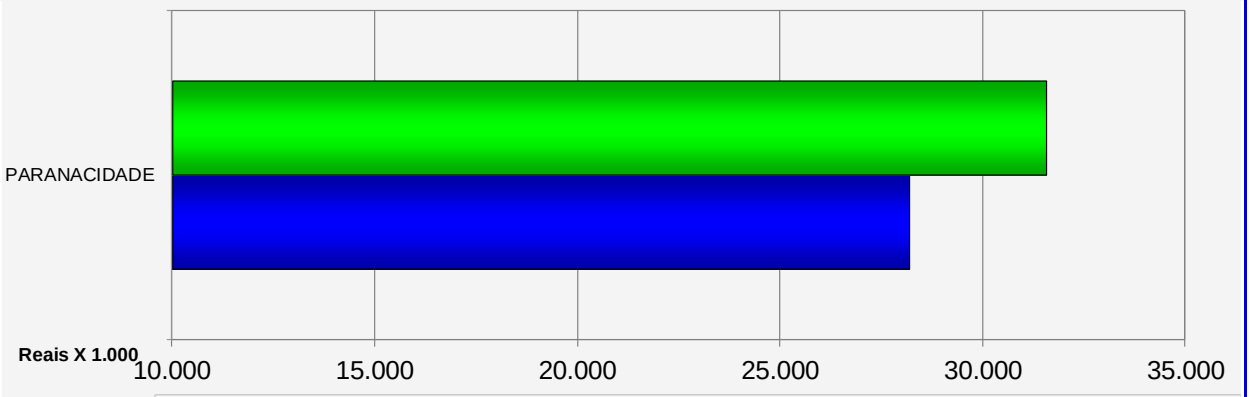
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE				
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	14.329.423	11.508.538	2.820.885	80,31
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	16.154.577	15.623.000	531.577	96,71
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	1.096.000	1.062.627	33.373	96,96
TOTAL	(*) **31.580.000**	**28.194.165**	**3.385.835**	**89,28**

(*) Aprovado na 134ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	31.580
REALIZADO	28.194

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2014	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.232.038	18.164.858
TOTAL	**6.232.038**	**18.164.858**

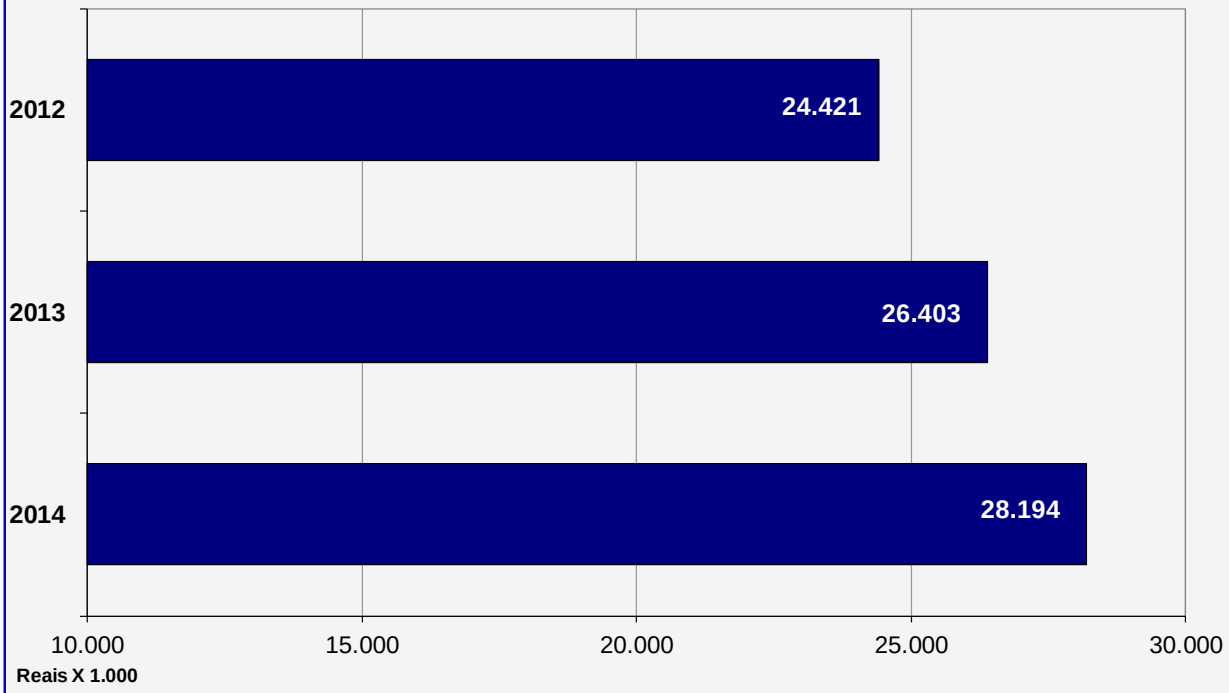
COMPARATIVO DAS RECEITAS

EXERCÍCIOS 2012 - 2013 - 2014

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	VARIAÇÃO %	
				2013 x 2012	2014 x 2013
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	12.512.163	5.838.126	11.508.538	-53,34	97,13
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	10.971.608	19.569.790	15.623.000	78,37	-20,17
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	936.960	995.509	1.062.627	6,25	6,74
TOTAL	**24.420.731**	**26.403.425**	**28.194.165**	**8,12**	**6,78**

Total de Receitas: 2012 x 2013 x 2014



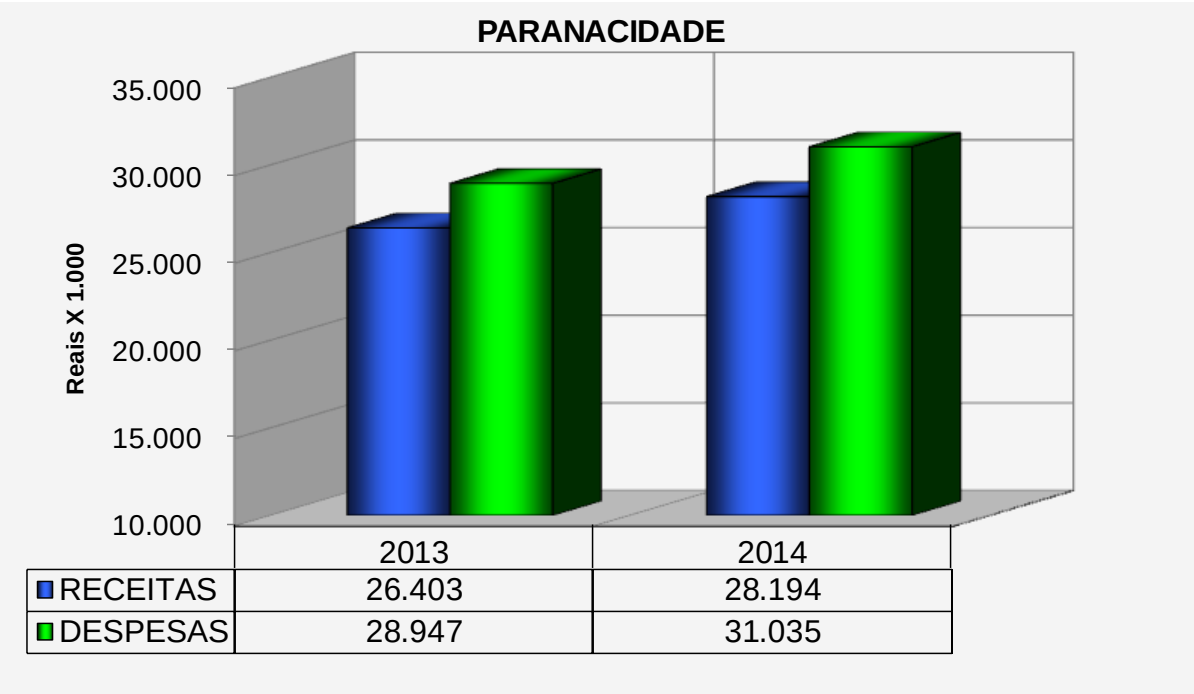
Evolução das Receitas: 2013 x 2012 = 8,12%
2014 x 2013 = 6,78%

COMPARATIVO RECEITAS X DESPESAS

REALIZADO em 2013 e 2014

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIAÇÃO % (2014 x 2013)
	2013	2014	
RECEITAS	26.403.425	28.194.165	6,78
DESPESAS	28.947.155	31.035.241	7,21
DIFERENÇA (Receita - Despesa)	(2.543.730)	(2.841.076)	11,69



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	37.144.896	24.396.896
TOTAL	**37.144.896**	**24.396.896**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU**

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

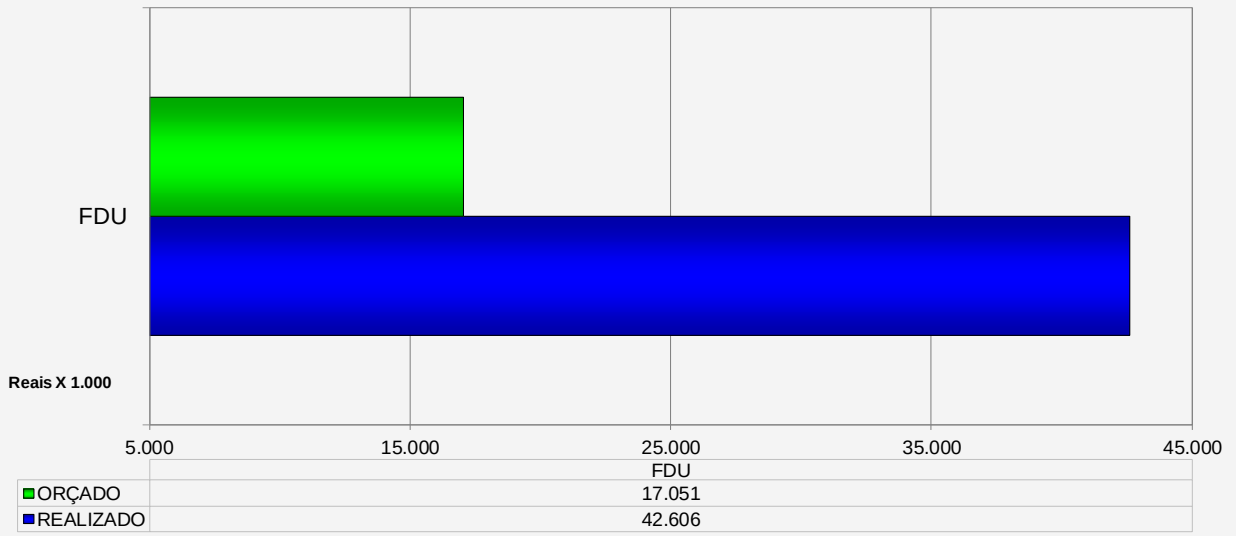
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU			ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	16.154.577	15.623.000	531.577	96,71
		Transferência à SEFA / Empréstimo COHAPAR	-	26.300.000	-26.300.000	
		.Quadras Cobertas, Posto de Bombeiros Comunitários, Pavimentações Vias Urbanas, Mercado do Peixe,Iluminação Pública,Hospital,Elaboração de Projetos,Drenagem Urbana,Creche, Barracão Industrial e Equipamentos	750.000	536.704	213.296	71,56
		PPU III - PBLM CONSULTORIA	146.311	146.311		
TOTAL - FDU			(*) **17.050.888**	**42.606.015**	**(25.555.127)**	**249,88**

(*) Aprovado na 134ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



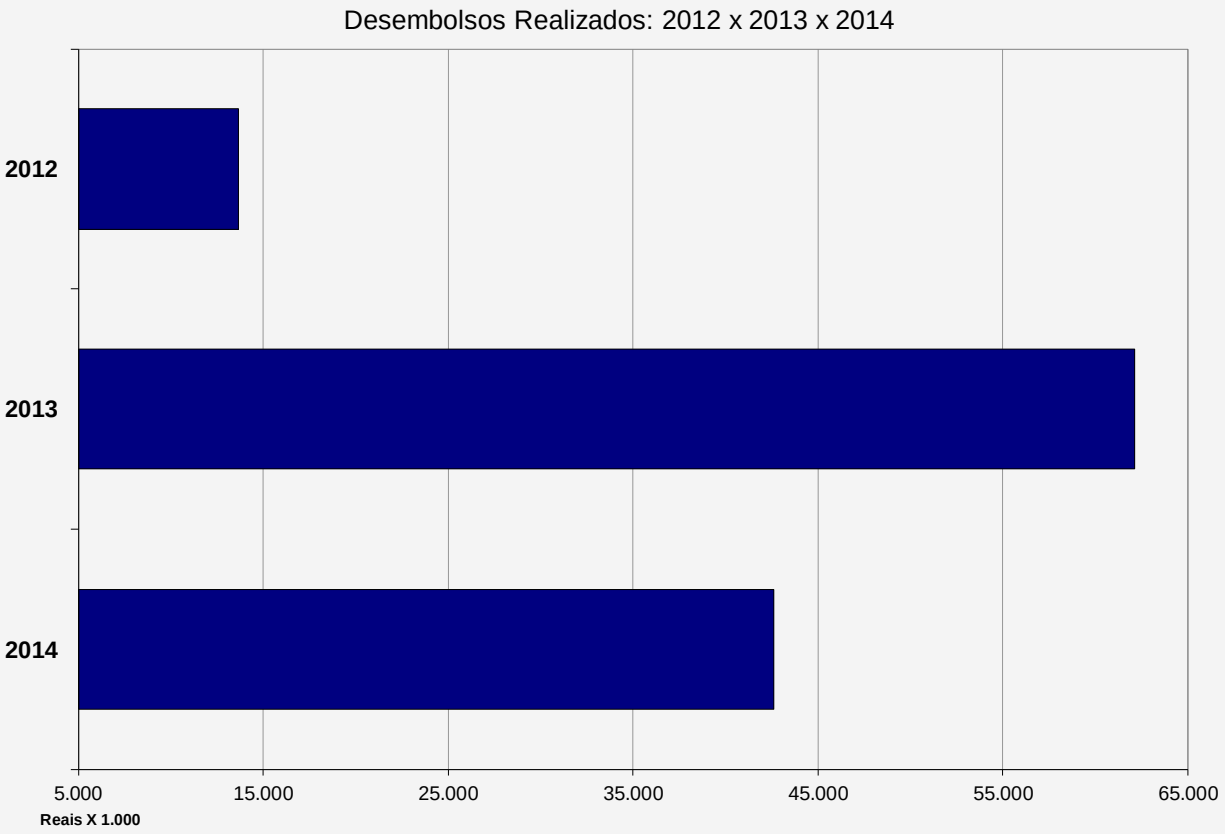
Percentual realizado 249,88%

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2012 - 2013 - 2014

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES	Valores Nominais			Variação %	
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	2012	2013	2014	2013 X 2012	2014 X 2013
Contrato de Gestão - Paranacidade	10.971.608	19.569.790	15.623.000	78,37	-20,17
Outros Desembolsos	2.718.227	2.596.695	683.015	-4,47	-73,70
Transferência à SEFA	-	40.000.000	20.000.000		-50,00
Empréstimo a COHAPAR			6.300.000		
TOTAL - FDU	**13.689.835**	**62.166.485**	**42.606.015**	**354,11**	**-31,46**



Evolução nos Desembolsos: 2013 x 2012 = 351,11%
2014 x 2013 = -31,46%

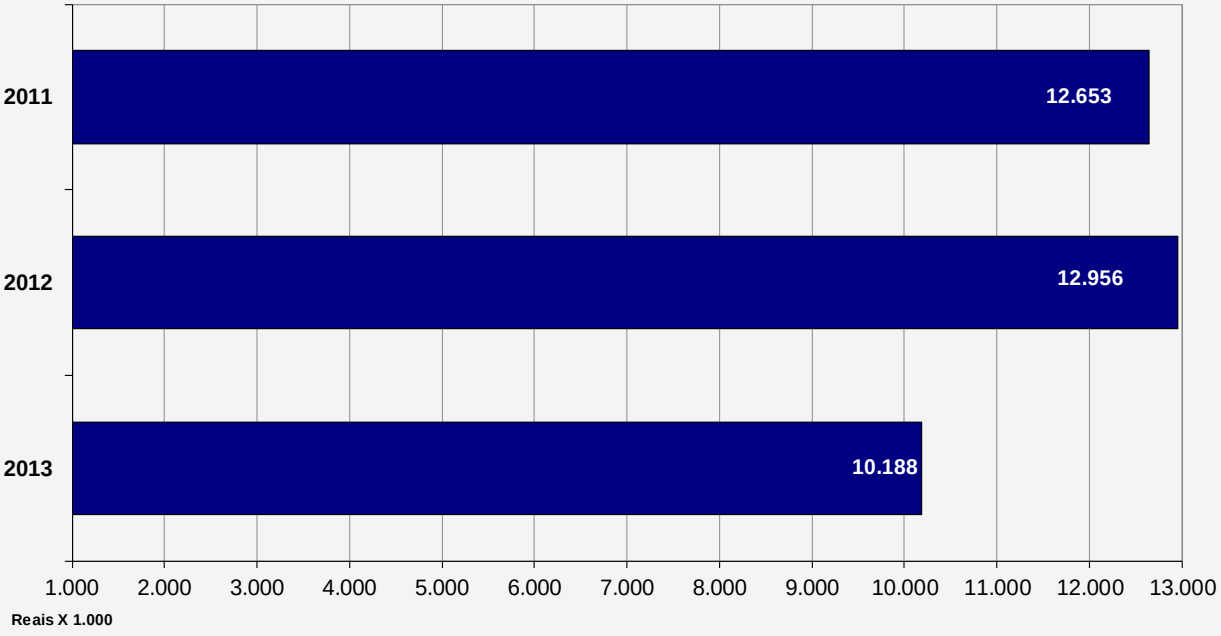
COMPARATIVO DAS RECEITAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2012 - 2013 - 2014

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2012	2013	2014	VARIAÇÃO %	
					2013x 2012	2014 x 2013
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU II	41	708.585	1.616.517	-	128,13	-
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	11.944.694	11.339.117	10.023.761	-5,07	-11,60
- OUTRAS RECEITAS / Juros Empréstimo COHAPAR	-	-	-	164.705	-	-
TOTAL		**12.653.279**	**12.955.634**	**10.188.466**	**2,39**	**-21,36**

Total das Receitas: 2012 x 2013 x 2014



Evolução das Entradas de Recursos: 2014 x 2013 = -21,36%
2013 x 2012 = 2,39%

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

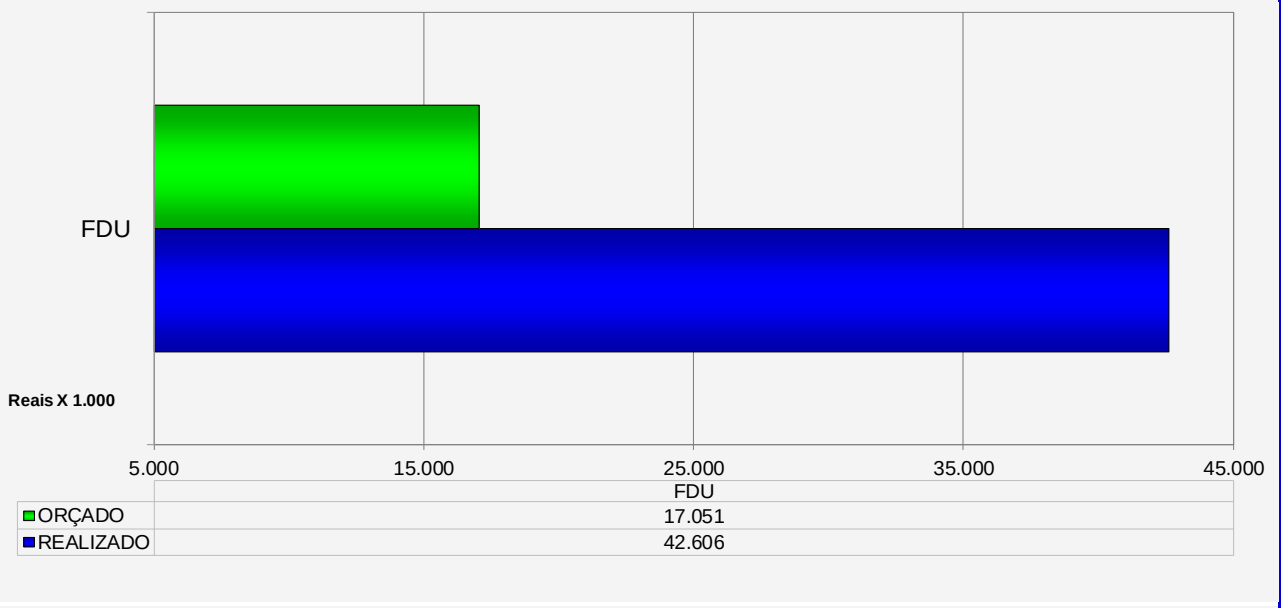
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU			ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	16.154.577	15.623.000	531.577	96,71
		Transferência à SEFA / Empréstimo COHAPAR	-	26.300.000	(26.300.000)	
		.Quadras Cobertas, Posto de Bombeiros Comunitários, Pavimentações Vias Urbanas, Mercado do Peixe,Hospital,Drenagem Urbana, Barracão Industrial e Equipamentos	750.000	536.704	213.296	71,56
		PPU III - PBLM CONSULTORIA	146.311	146.311		
TOTAL - FDU			(*) 17.050.888	42.606.015	(25.555.127)	249,88

(*) Aprovado na 134ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



Percentual realizado 249,88%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARANACIDADE

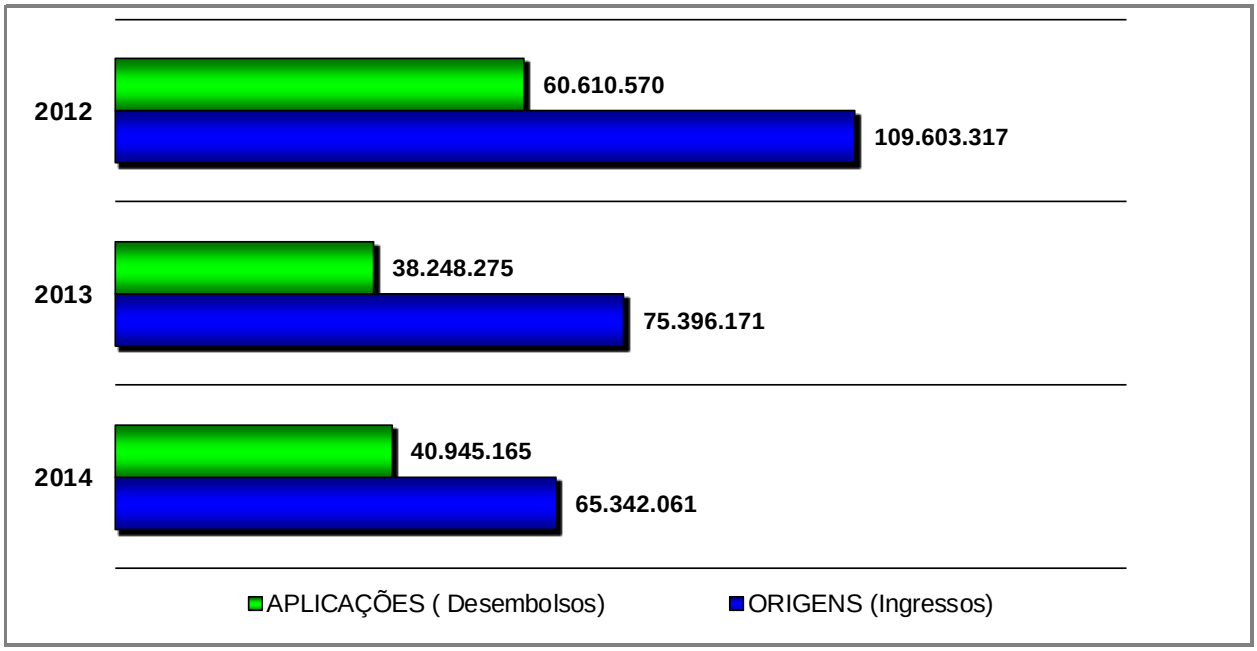
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2014 X 2013 X 2012

Em R$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	**2014**	**2013**	**2012**
ORIGENS (Ingressos)	**65.342.061**	**75.396.171**	**109.603.317**
. Saldo ano anterior	37.147.896	48.992.747	85.182.586
. Recursos manutenção (C.Gestão)	15.623.000	19.569.790	10.971.608
. Rendas de aplicações financeiras	842.816	710.123	893.982
. Agência de Fomento - SFM/PPU	11.508.538	5.838.126	12.512.163
. Outras Receitas	219.811	285.385	42.978
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**40.945.165**	**38.248.275**	**60.610.570**
. Despesas de pessoal	24.522.156	23.896.810	20.382.089
. Despesas de custeio	4.035.459	3.030.323	2.426.459
. Investimentos	2.477.626	2.020.022	1.083.805
. Convênios	9.909.924	9.301.120	36.718.217
. Caução Garantia		-	-
SALDO	**24.396.896**	**37.147.896**	**48.992.747**

Nota : Regime de Caixa.



PARANACIDADE

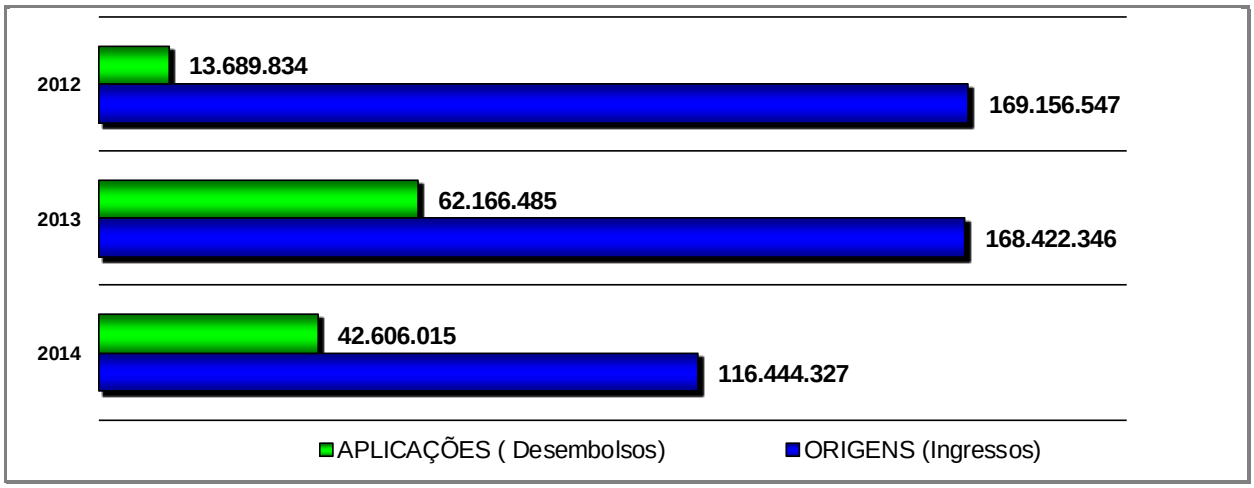
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2014 X 2013 X 2012

Em R$ 1,00

CONTAS FDU			
AÇÕES OPERACIONAIS	**2014**	**2013**	**2012**
ORIGENS (Ingressos)	**116.444.327**	**168.422.346**	**169.156.547**
. Saldo ano anterior	106.255.861	155.466.712	144.669.061
. Retorno do PPU II / SFM	-	1.616.517	12.612.792
. Rendas de aplicações financeiras	10.023.761	11.339.117	11.827.934
. Outras Receitas			46.760
Juros Empréstimo COHAPAR	164.705	-	-
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**42.606.015**	**62.166.485**	**13.689.834**
. Transferência à SEFA	20.000.000	40.000.000	-
. Decreto Renda Líquida	536.704	96.242	227.257
. Municípios com baixo IDH	-	2.905.157	3.722.693
. COHAPAR	6.300.000	-	-
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	15.623.000	19.569.790	10.971.608
. PPU III - Pblm Consultoria	146.311	-	-
. Revitalização orla maritíma	-	(404.704)	(808.000)
. Pavimentação Antonina e Matinhos	-	-	(425.880)
. Caução de garantia	-	-	2.156
SALDO	**73.838.311**	**106.255.861**	**155.466.712**

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em R$ mil

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e Bancos	83	36	Fornecedores	307	335
Aplicações financeiras (nota 4)	24.314	37.109	Salários e encargos sociais	613	573
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	2.101	1.118	Obrigações sociais e fiscais	444	407
Contrato de Gestão FDU (nota 5)	1.750	1.075	Provisão para férias e encargos	2.540	2.430
Prefeitura Municipal de Piraquara	72	99	Convênio de cooperação técnica (nota 9)	18.165	28.074
Almoxarifado	110	110	Outras contas a pagar	6	9
Adiantam. a empregados	203	315			
Depositos Judiciais	247	247	**Total do passivo circulante**	**22.076**	**31.828**
Outros créditos	23	88			
Total do ativo circulante	**28.903**	**40.197**			
NÃO CIRCULANTE			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (nota 10)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Imobilizado (nota 7)	2.390	2.723	Superávits acumulados	7.141	7.111
Intangível – (nota 8)	2.490	584			
			Total do patrimônio líquido	**11.707**	**11.677**
Total do ativo não circulante	**4.880**	**3.308**			
TOTAL DO ATIVO	**33.783**	**43.505**	**TOTAL DO PASSIVO**	**33.783**	**43.505**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2014**	**2013**
Superávit (déficit) do exercício	30	25
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	907	499
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	(675)	(366)
Contas a receber - AFPR	(983)	(963)
Prefeitura Municipal de Piraquara	27	-
Estoques	0	375
Adiantamentos a empregados	112	(168)
Outros créditos	65	(25)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(27)	(380)
Salários e encargos sociais	40	44
Obrigações fiscais e sociais	37	39
Provisão de férias e encargos	110	350
Outras contas a pagar	(3)	4
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(360)	(565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(2.479)	(1.966)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.479)	(1.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(9.910)	(9.316)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(9.910)	(9.316)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(12.749)	(11.847)
No início do exercício	37.145	48.993
No final do exercício	24.397	37.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		Em R$ mil
	2014	**2013**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a)	16.298	19.936
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b e 1.c)	14.905	7.802
Receitas financeiras	843	710
Outras receitas	219	18
TOTAL DAS RECEITAS	**32.265**	**28.466**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(25.362)	(24.002)
Despesas gerais (nota 12)	(1.493)	(1.439)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(2.341)	(1.914)
Despesas tributárias	(3.039)	(1.086)
TOTAL DAS DESPESAS	**(32.235)**	**(28.441)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**30**	**25**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.566	7.086	11.652
Superávit do exercício	-	25	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	4.566	7.111	11.677
Superávit do exercício	-	30	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	4.566	7.141	11.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do PARANACIDADE pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996. Atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita, optando por recebê-la somente quando da necessidade financeira (ata da 120ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à SANEPAR e esse procedimento foi estendido também a COHAPAR no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2014 o PARANACIDADE reconheceu como receita o montante de R$ 16.298 (R$ 19.936 em 2013) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o PARANACIDADE mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do PARANACIDADE estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2014, a Entidade recebeu R$ 14.905 (R$ 7.533 em 2013) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

c) Termo Cooperação Técnico Operacional - o PARANACIDADE mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do PARANACIDADE estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2014 não ocorreu a referida receita.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2014	2013
Banco do Brasil	21.603	37.109
Itaú	1.238	0
Bradesco	1.473	0
	24.314	**37.109**

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2014 o PARANACIDADE reconheceu como receita o montante de R$ 16.298 (R$ 19.936 em 2013) a título de Contrato de Gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição	2014	2013
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A	2.101	1.118
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	-1.489	-1.489
	2.101	1.118

O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao PARANACIDADE. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao PARANACIDADE.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2014	2013
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	1.834	1.671
Móveis e utensílios	10	927	921
Veículos	20	2.268	2.268
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	146	151

	6.283	**6.119**
(-) Depreciação acumulada	(3.893)	(3.396)
	2.390	**2.723**

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2014	2013
Softwares	20	2.188	538
Sistema de telefonia e telemática	20	2.357	1.692
		4.545	**2.230**
(-) Amortização acumulada		(2.055)	(1.646)
		2.490	**584**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social referente ao Convênio nº 023/2009/ESTADO DO PR/SETP/SEDU/PARANACIDADE.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os Municípios que a ele aderirem, para a implementação do Programa "Centro de Referência de Assistência Social – CRAS-PR" por meio da construção de espaços públicos voltados a identificação de situações de vulnerabilidade social e risco no território de abrangência, articular a rede local e prestar serviços em atenção as necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população dos municípios paranaenses.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SETP/SEDU	7.555	1.443	(6.289)	(179)	2.530

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.077	(14.473)	(86)	2.518

C) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.033	(14.978)	(82)	1.973

D) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	50.000	7.117	(45.516)	(921)	10.680

E) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	10.700	4.234	(14.081)	(678)	175

F) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias

urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	38.682	1.192	(39.522)	(64)	288

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2014	2013
Salários e gratificações	13.565	12.862
Encargos sociais	5.998	5.917
Assistência médica e social	626	428
Outras despesas com pessoal	5.173	4.795
	25.362	**24.002**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2014	2013
Depreciações e amortizações	907	499
Aluguéis	175	337
Material de consumo	44	129
Viagens e representações	157	273
Combustível	122	124
Outras	88	77
	1.493	**1.439**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2014	2013
Telefone e fax	126	146
Serviços de informática	1.167	492
Propaganda e publicidade	28	344
Higiene e limpeza	587	610
Correios	25	25
Manutenção e reparos	20	119
Refeições	7	19
Consultorias	233	0
Auditoria	10	20
Outras despesas	138	139
	2.341	**1.914**

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o PARANACIDADE é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

15. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em R$ mil

ATIVO			**PASSIVO**			
	2014	**2013**		**2014**	**2013**	#
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**			
Caixa e bancos	1	2	Fornecedores	1.889	1.214	
Aplicações financeiras (nota 4)	73.838	106.254	Outras contas a pagar	32	32	
Secretaria da Fazenda	60.000	40.000				
Contas a receber	9	9	**Total do passivo circulante**	**1.920**	**1.245**	
Total do ativo circulante	**133.847**	**146.265**				
			NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE			Provisões para contingências	100	100	
Empréstimos (nota 5)	6.446	-	**Total do passivo não circulante**	**100**	**100**	
Total do ativo não circulante	**6.446**	**-**				
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 6)			
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201	
			Superávits acumulados	9.568	16.214	
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504	
			Total do patrimônio líquido	**138.273**	**144.920**	
TOTAL DO ATIVO	**140.293**	**146.265**	**TOTAL DO PASSIVO**	**140.293**	**146.265**	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caarlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações de financiamentos	-	52
Rendimentos de aplicações Financeiras	10.024	11.339
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	311	-
Outras receitas	-	-
TOTAL DAS RECEITAS	**10.334**	**11.391**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	(537)	(2.597)
Administração – contrato de gestão	(16.298)	(19.936)
Serviços de terceiros	(146)	-
TOTAL DA DESPESAS	**(16.981)**	**(22.533)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(6.647)**	**(11.141)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2014**	**2013**
Superávit/ Deficit do exercício	(6.647)	(11.141)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	(6.446)	1.564
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Fornecedores	675	366
Transferência à SEFA	(20.000)	(40.000)
Outras contas a pagar	-	-
Provisão para contingências		
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(32.418)	(49.211)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(32.418)**	**(49.211)**
No início do exercício	106.256	155.467
No final do exercício	73.838	106.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	48.201	31.791	76.069	156.061
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		(4.435)	4.435	-
Déficit do Exercício		(11.141)		(11.141)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	48.201	16.215	80.504	144.919
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		-	-	-
Déficit do Exercício		(6.647)		(6.647)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	48.201	9.568	80.504	138.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado à concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o

reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2014	2013
Banco do Brasil	4.959	11.584
CEF	68.879	94.670
	73.838	**106.254**

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Instituição	2014	2013
Cia. De Habitação do Paraná - COHAPAR	6.446	0
	6.446	**0**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

7. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2014	2013
Decreto 5.927/2005:			
	Bombeiro Comunitário	0	96
	Recuperação Orla Marítima	0	(405)
	Município Baixo IDH	537	2.905
		537	**2.596**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

NOTA: Os documentos originais relativos à Auditoria Externa estão sob a guarda da Coordenadoria Financeira.

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Relatório sobre as Demonstrações Contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013.

Concept
auditores independentes

Rua Armim Prusse, n.º 41, Ecoville
CEP 81280-530 – Curitiba
Fone: +55 - 41 - 9973 - 0176
+55 - 41 - 9670 - 1177

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e acionistas da

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A administração do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE não elaborou estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo "impairment", conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do CPC 01 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, consequentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele possível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2014.

Até a data de encerramento dos nossos trabalhos e emissão deste relatório não recebemos as respostas das solicitações de confirmações externas de informações saldos enviadas ao Assessor Jurídico interno da Entidade. Igualmente ao item anterior, tal situação representa uma limitação de escopo, não nos dando condições de avaliar a existência de possíveis contingencias ativas e passivas sub ou superavaliadas em 31 de dezembro de 2014 ou não que não tenham sido reconhecidas na contabilidade e/ou divulgadas em notas explicativas ainda que tenhamos aplicados procedimentos alternativos.

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis referidas acima, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Paragrafo de Ênfase

Conforme demonstração do fluxo de caixa dos exercícios de 2014 e 2013, os mesmos, apresentam geração de caixa negativo em ambos os exercícios. A tendência de tal ocorrência suscita dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades caso não ocorram ingressos de recursos nos próximos exercícios. Apenas chamamos atenção para este fato, nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Concept
auditores independentes

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório o qual não foi datado e com modificação de opinião.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

Concept Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 007202/O-0

Paulo Alexandre Souza Lara
CRC – PR Nº 054614/O-0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em R$ mil

ATIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	83	36
Aplicações financeiras (nota 4)	24.314	37.109
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	2.101	1.118
Contrato de Gestão FDU	1.750	1.075
Prefeitura Municipal de Piraquara	72	99
Almoxarifado	110	110
Adiantam. a empregados	203	315
Depositos Judiciais	247	247
Outros créditos	23	88
Total do ativo circulante	**28.903**	**40.197**
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado (nota 7)	2.390	2.723
Intangível – (nota 8)	2.490	584
Total do ativo não circulante	**4.880**	**3.308**
TOTAL DO ATIVO	**33.783**	**43.505**

PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Fornecedores	307	335
Salários e encargos sociais	613	573
Obrigações sociais e fiscais	444	407
Provisão para férias e encargos	2.540	2.430
Convênio de cooperação técnica (nota 9)	18.165	28.074
Outras contas a pagar	6	9
Total do passivo circulante	**22.076**	**31.828**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Superávits acumulados	7.141	7.111
Total do patrimônio líquido	**11.707**	**11.677**
TOTAL DO PASSIVO	**33.783**	**43.505**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a/ nota 5)	16.298	19.936
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b e 1.c)	14.905	7.802
Receitas financeiras	843	710
Outras receitas	219	18
TOTAL DAS RECEITAS	**32.265**	**28.466**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(25.362)	(24.002)
Despesas gerais (nota 12)	(1.493)	(1.439)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(2.341)	(1.914)
Despesas tributárias	(3.039)	(1.086)
TOTAL DAS DESPESAS	**(32.235)**	**(28.441)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**30**	**25**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2014**	**2013**
Superávit (déficit) do exercício	30	25
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	907	499
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	(675)	(366)
Contas a receber - AFPR	(983)	(963)
Prefeitura Municipal de Piraquara	27	-
Estoques	0	375
Adiantamentos a empregados	112	(168)
Outros créditos	65	(25)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(27)	(380)
Salários e encargos sociais	40	44
Obrigações fiscais e sociais	37	39
Provisão de férias e encargos	110	350
Outras contas a pagar	(3)	4
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(360)	(565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(2.479)	(1.966)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.479)	(1.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(9.910)	(9.316)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(9.910)	(9.316)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(12.749)	(11.847)
No início do exercício	37.145	48.993
No final do exercício	24.397	37.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.566	7.086	11.652
Superávit do exercício	-	25	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	4.566	7.111	11.677
Superávit do exercício	-	30	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	4.566	7.141	11.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996. Atualmente a Entidade

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

abdica de receber, mensalmente, referida receita, optando por recebê-la somente quando da necessidade financeira (ata da 120ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e esse procedimento foi estendido também a Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2014 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 16.298 (R$ 19.936 em 2013) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2014, a Entidade recebeu R$ 14.905 (R$ 7.533 em 2013) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

c) Termo Cooperação Técnico Operacional - o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2014 não ocorreu a referida receita.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2014	2013
Banco do Brasil	21.603	37.109
Itaú	1.238	0
Bradesco	1.473	0
	24.314	**37.109**

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2014 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 16.298 (R$ 19.936 em 2013) a título de Contrato de Gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição		2014	2013
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A		2.101	1.118
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	(a)	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	(a)	-1.489	-1.489
		2.101	1.118

a) O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2014	2013
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	1.834	1.671
Móveis e utensílios	10	927	921
Veículos	20	2.268	2.268
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	146	151
		6.283	**6.119**
(-) Depreciação acumulada		(3.893)	(3.396)
		2.390	**2.723**

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2014	2013
Softwares	20	2.188	538
Sistema de telefonia e telemática	20	2.357	1.692
		4.545	**2.230**
(-) Amortização acumulada		(2.055)	(1.646)
		2.490	**584**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social referente ao Convênio nº 023/2009/ESTADO DO PR/SETP/SEDU/PARANACIDADE.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e os Municípios que a ele aderirem, para a implementação do Programa "Centro de Referência de Assistência Social – CRAS-PR" por meio da construção de espaços públicos voltados a identificação de situações de vulnerabilidade social e risco no território de abrangência, articular a rede local e prestar serviços em atenção as necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população dos municípios paranaenses.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SETP/SEDU	7.555	1.443	(6.289)	(179)	2.530

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.077	(14.473)	(86)	2.518

C) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.033	(14.978)	(82)	1.973

D) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	50.000	7.117	(45.516)	(921)	10.680

E) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	10.700	4.234	(14.081)	(678)	175

F) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	38.682	1.192	(39.522)	(64)	288

Saldo final de Convênios de Cooperação Técnica: A + B + C + D + E + F = 18.165.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2014	2013
Salários e gratificações	13.565	12.862
Encargos sociais	5.998	5.917
Assistência médica e social	626	428
Outras despesas com pessoal	5.173	4.795
	25.362	**24.002**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2014	2013
Depreciações e amortizações	907	499
Aluguéis	175	337
Material de consumo	44	129
Viagens e representações	157	273
Combustível	122	124
Outras	88	77
	1.493	**1.439**

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2014	2013
Telefone e fax	126	146
Serviços de informática	1.167	492
Propaganda e publicidade	28	344
Higiene e limpeza	587	610
Correios	25	25
Manutenção e reparos	20	119
Refeições	7	19
Consultorias	233	0
Auditoria	10	20
Outras despesas	138	139
	2.341	**1.914**

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Carta de recomendações 01/15

Carta de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborada em conexão com o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Concept Auditores Independentes S/S
27 de fevereiro de 2015

Concept
auditores independentes

Rua Armim Prusse, n.º 41, Ecoville
CEP 81280-530 – Curitiba
Fone: +55 - 41 - 9973 - 0176
+55 - 41 - 9670 - 1177

Aos Administradores do

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Curitiba - PR

Prezados Senhores,

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE., referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014, conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, apresentamos nossa carta de recomendações.

Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, planejamento, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Tais procedimentos foram aplicados objetivando a obtenção de evidências suficientes para a identificação de situações que pudessem ocasionar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras no que diz respeito à mensuração, reconhecimento e divulgação dos seus elementos.

No tocante à avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, devemos considerar os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Salientamos que embora não expressemos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Entidade, uma vez que nossos trabalhos foram realizados em uma base seletiva e por amostragem, porém apresentamos recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer de nossos trabalhos.

A administração da Entidade é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Controle interno no contexto das normas de auditoria é definido como um processo constituído a partir de um plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, aplicados a fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência à legislação e às diretrizes administrativas estabelecidas. A inexistência de controles ou mesmo controles ineficientes e ineficazes, que não são planejados, implementados ou operados de tal forma que não consigam prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente erros ou fraudes pode ocasionar distorções relevantes nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos de auditoria foram realizados em base de testes, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, assim, estes não nos permitem necessariamente revelar a deficiências significativas, dos controles internos da Entidade. Novas avaliações ou estudos, em conexão com futuros exames ou revisões específicas e mais amplas, poderão, eventualmente, revelar outros aspectos passíveis de aprimoramento.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e de outras pessoas autorizadas por esta, não devendo ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Concept
auditores independentes

SUMÁRIO:

1 Introdução 5
2 Follow up - carta de recomendações da Auditoria Anterior 5
2.1 Redução do valor recuperável de ativos 5
3 Área de sistemas de informações – TI 5
3.1 Data Center armazenado em local inadequado 5
3.2 Backups armazenados em local inadequado 6
4 Conclusão 6

1 Introdução

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis da Entidade, relativas ao exercício de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a sede do mesmo foi visitada em fevereiro de 2015.

Os trabalhos tiveram por objetivo a verificação dos saldos, posições e lançamentos contábeis, assim como a documentação suporte da Entidade.

Sobre a documentação analisada, bem como, considerando os procedimentos aplicados há situações relevantes encontradas as quais serão descritas no decorrer da carta.

2 Follow up - carta de recomendações da Auditoria Anterior

2.1 Redução do valor recuperável de ativos

Ao analisarmos a carta de recomendações da Auditoria Anterior, exercício de 2013, e verificamos que foi realizado apontamento de que a entidade não havia procedido a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, conforme preconizado na NBC TG 01 (R1) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.

Questionamos o responsável pela Contabilidade da Entidade, e fomos informados de que para o exercício de 2014, também não foi implementado o referido procedimento.

3 Área de sistemas de informações – TI

3.1 Data Center armazenado em local inadequado

Realizamos questionamentos ao responsável pela área de sistemas de informações – TI sobre as condições físicas e lógicas de armazenamento das informações de banco de dados gerados dentro da Entidade, sendo que fomos informados de que a estrutura do data center esta alocada em uma sala onde o ambiente é inadequado para tal finalidade. Além disso, a estrutura não possui sistemas de prevenção contra incêndio, o sistema de refrigeração é inadequado e incompatível com a estrutura de hardware bem como os nobreaks se tornaram obsoletos.

Segundo informações existe um edital de licitação em andamento para contratação de uma empresa especializada para a reforma da sala e a compra dos equipamentos necessários para o correto ambiente de data center.

Recomendamos que tal situação exposta seja sanada o mais breve possível.

3.2 Backups armazenados em local inadequado

Verificamos por meio de indagação ao responsável pela área de sistemas de informações – TI sobre as cópias de segurança das informações, segundo informações os backups são diários, mas eles ficam armazenados no mesmo ambiente do data center, ou seja, caso aconteça algum incidente na sala poderão correr o risco de perder tanto o dado original quanto a cópia de segurança.

Mencionou ainda que, já estão trabalhando na solução, e que foi comprado no ano 2015 um equipamento de armazenamento de dados (Storage) o qual será avaliado para estruturar melhor os dados, fazer os backups diários, e manter uma cópia no PARANACIDADE, e a outra será enviada diariamente para o Datacenter da CELEPAR.

Recomendamos que tal situação exposta seja sanada o mais breve possível, para que não haja a possibilidade de perda das informações confidenciais.

4 Conclusão

Considerando os procedimentos aplicados e constatações, recomendamos à administração atentar aos apontamentos realizados, de forma a trazer maior segurança à operação da entidade.

Atenciosamente,

Curitiba, 27 de fevereiro de 2014.

Concept Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 007202/O-0
CVM 11.886

Paulo Alexandre Souza Lara
CRC – PR Nº 054614/O-0
CNAI/BACEN 3556

* * *

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

Relatório sobre as Demonstrações Contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013.

Concept
auditores independentes

Rua Armim Prusse, n.º 41, Ecoville
CEP 81280-530 – Curitiba
Fone: +55 - 41 – 3532-4060
Fax: +55 - 41 – 3532-4070

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e cotistas do
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU**., que compreendem o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU., e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do fundo. Uma auditoria

inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificação.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU.**, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Paragrafo de Ênfase

Conforme demonstração do resultado do exercício, o Fundo apresentou Déficits acumulados de R$ 6.647 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R$ 11.141 em 31 de dezembro de 2013, além disso, a demonstração do fluxo de caixa em ambos os exercícios apresentam geração de caixa negativo. Tais situações podem suscitar dúvida substancial de que o Fundo tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades nos próximos exercícios. Apenas chamamos atenção para este. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Sobre as demonstrações contábeis do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente, não foi apresentado relatório dos auditores independentes sobre auditoria daquele exercício.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

Concept Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 007202/O-0

Paulo Alexandre Souza Lara
CRC – PR Nº 054614/O-0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em R$ mil

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e bancos	1	2	Fornecedores	1.889	1.214
Aplicações financeiras (nota 4)	73.838	106.254	Outras contas a pagar	32	32
Secretaria da Fazenda	60.000	40.000			
Contas a receber	9	9	**Total do passivo circulante**	**1.920**	**1.245**
Total do ativo circulante	**133.847**	**146.265**			
			NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Provisões para contingências	100	100
Empréstimos (nota 5)	6.446	-	**Total do passivo não circulante**	**100**	**100**
Total do ativo não circulante	**6.446**	**-**			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 6)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
			Superávits acumulados	9.568	16.214
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504
			Total do patrimônio líquido	**138.273**	**144.920**
TOTAL DO ATIVO	**140.293**	**146.265**	**TOTAL DO PASSIVO**	**140.293**	**146.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações de financiamentos	-	52
Rendimentos de aplicações Financeiras	10.024	11.339
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	311	-
Outras receitas	-	-
TOTAL DAS RECEITAS	**10.334**	**11.391**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	(537)	(2.597)
Administração – contrato de gestão	(16.298)	(19.936)
Serviços de terceiros	(146)	-
TOTAL DA DESPESAS	**(16.981)**	**(22.533)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(6.647)**	**(11.141)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
Superávit/ Deficit do exercício	(6.647)	(11.141)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	(6.446)	1.564
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Fornecedores	675	366
Transferência à SEFA	(20.000)	(40.000)
Outras contas a pagar	-	-
Provisão para contingências		
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(32.418)	(49.211)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(32.418)**	**(49.211)**
No início do exercício	106.256	155.467
No final do exercício	73.838	106.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	46.201	31.791	76.069	156.061
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		(4.435)	4.435	-
Déficit do Exercício		(11.141)		(11.141)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	46.201	16.215	80.504	144.919
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		-	-	-
Déficit do Exercício		(6.647)		(6.647)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	46.201	9.568	80.504	138.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apóia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o

reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2014	2013
Banco do Brasil	4.959	11.584
Caixa Econômica Federal	68.879	94.670
	73.838	**106.254**

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Instituição	2014	2013
Cia. De Habitação do Paraná - COHAPAR	6.446	0
	6.446	**0**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

7. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2014	2013
Decreto 5.927/2005:			
	Bombeiro Comunitário	0	96
	Recuperação Orla Marítima	0	(405)
	Município Baixo IDH	537	2.905
		537	**2.596**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

CONCEPT AUDITORES
CONFERE COM O
ORIGINAL

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

Carta de recomendações 01/15

Carta de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborada em conexão com o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Concept Auditores Independentes S/S
27 de fevereiro de 2015

Concept
auditores independentes

Rua Armim Prusse, n.º 41, Ecoville
CEP 81280-530 – Curitiba
Fone: +55 - 41 - 9973 - 0176
+55 - 41 - 9670 - 1177

Aos Administradores do

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

Curitiba - PR

Prezados Senhores,

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU., referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014, conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, apresentamos nossa carta de recomendações.

Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, planejamento, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Tais procedimentos foram aplicados objetivando a obtenção de evidências suficientes para a identificação de situações que pudessem ocasionar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras no que diz respeito à mensuração, reconhecimento e divulgação dos seus elementos.

No tocante à avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, devemos considerar os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo.

Salientamos que embora não expressemos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos do Fundo, uma vez que nossos trabalhos foram realizados em uma base seletiva e por amostragem, porém apresentamos recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer de nossos trabalhos.

A administração do Fundo é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No

cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Controle interno no contexto das normas de auditoria é definido como um processo constituído a partir de um plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, aplicados a fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência à legislação e às diretrizes administrativas estabelecidas. A inexistência de controles ou mesmo controles ineficientes e ineficazes, que não são planejados, implementados ou operados de tal forma que não consigam prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente erros ou fraudes pode ocasionar distorções relevantes nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos de auditoria foram realizados em base de testes, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, assim, estes não nos permitem necessariamente revelar a deficiências significativas, dos controles internos da Fundo. Novas avaliações ou estudos, em conexão com futuros exames ou revisões específicas e mais amplas, poderão, eventualmente, revelar outros aspectos passíveis de aprimoramento.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e de outras pessoas autorizadas por esta, não devendo ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Concept
auditores independentes

SUMÁRIO:

1 Introdução 5
2 Área de sistemas de informações – TI 5
2.1 Data Center armazenado em local inadequado 5
2.2 Backups armazenados em local inadequado 5
3 Conclusão 6

1 Introdução

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis do Fundo, relativas ao exercício de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a sede do mesmo foi visitada em fevereiro de 2015.

Os trabalhos tiveram por objetivo a verificação dos saldos, posições e lançamentos contábeis, assim como a documentação suporte do Fundo e os controles internos determinados pela administração.

Sobre a documentação analisada, bem como, considerando os procedimentos aplicados há situações relevantes encontradas as quais serão descritas no decorrer da carta.

2 Área de sistemas de informações – TI

2.1 Data Center armazenado em local inadequado

Realizamos questionamentos ao responsável pela área de sistemas de informações – TI sobre as condições físicas e lógicas de armazenamento das informações de banco de dados gerados dentro da Entidade, sendo que fomos informados de que a estrutura do data center esta alocada em uma sala onde o ambiente é inadequado para tal finalidade. Além disso, a estrutura não possui sistemas de prevenção contra incêndio, o sistema de refrigeração é inadequado e incompatível com a estrutura de hardware bem como os nobreaks se tornaram obsoletos.

Segundo informações existe um edital de licitação em andamento para contratação de uma empresa especializada para a reforma da sala e a compra dos equipamentos necessários para o correto ambiente de data center.

Recomendamos que tal situação exposta seja sanada o mais breve possível.

2.2 Backups armazenados em local inadequado

Verificamos também por meio de indagação ao responsável pela área de sistemas de informações – TI a situação das cópias de segurança das informações. Segundo informado os backups são diários, no entanto ficam armazenados no mesmo ambiente do data center, ou seja, em caso de sinistro na sala poderão ocorrer perdas tanto dos dados originais quanto das cópias de segurança.

Sobre esta situação fomos informados que já estão sendo desenvolvidas soluções, e que foi comprado no ano 2015 um equipamento de armazenamento de dados (Storage) o qual será

avaliado para estruturar melhor os dados, fazer os backups diários, e manter uma cópia no PARANACIDADE, administradora do FUNDO, e a outra será enviada diariamente para o Datacenter da CELEPAR.

Recomendamos que tal situação exposta seja sanada o mais breve possível, para evitar riscos de eventuais perdas de dados.

3 Conclusão

Considerando os procedimentos aplicados e constatações, recomendamos à administração atentar aos apontamentos realizados, de forma a trazer maior segurança à operação da entidade.

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

Curitiba, 27 de fevereiro de 2014.

Concept Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 007202/O-0
CVM 11.886

Paulo Alexandre Souza Lara
CRC – PR Nº 054614/O-0
CNAI/BACEN 3556

* * *

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Nº 001/2015

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 135ª Reunião Ordinária realizada em 28 de abril de 2015,

RESOLVE

I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2014, bem como as "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS", apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da CONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES;

II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;

Curitiba, 28 de abril de 2015.

Presidente do Conselho de Administração